

# Uma promessa às ONGs

## ■ União assumirá investigação sobre direitos humanos

KIDO GUERRA

Correspondente

**B**RUXELAS — O presidente Fernando Henrique Cardoso disse ontem, durante reunião com organizações não-governamentais internacionais, que deverá enviar no ano que vem ao Congresso Nacional um projeto de emenda constitucional propondo a federalização do tratamento de crimes contra os direitos humanos. Ou seja, a União poderá ter competência para investigar e mesmo prevenir crimes semelhantes à chacina dos sem-terra em Corumbiara, Rondônia, atualmente sob responsabilidade dos governos estaduais, o que prejudica a atuação do Ministério

da Justiça, e consequentemente, da Polícia Federal.

Afirmações como esta, além da segurança e tranquilidade com que o presidente dissertou sobre temas delicados nas áreas de direitos humanos e meio ambiente, e respondeu aos questionamentos das ONGs, reverteram as expectativas dos diplomatas brasileiros quanto aos resultados do encontro.

**Competência** — Ao final de mais de uma hora de conversa, em que o presidente falou francês, inglês, português e espanhol, foi unânime a opinião de que Cardoso deu um show de competência ao discorrer sobre assuntos como corrupção policial, violência urbana e rural, problemas ambientais, relações entre Brasil e União Européia e política indigenista.

Ao abrir o encontro, do qual participaram importantes ONGs como Anistia Internacional, WWF

e Human Rights Watch, Cardoso desarmou as ONGs ao afirmar a sua importância na sociedade e, citando um sociólogo espanhol, dizer que elas deveriam passar a se chamar “organizações neo-governamentais”. Em vez de apenas se aterem a episódios isolados, como o massacre de Rondônia (que, aliás, foi mencionado pelo próprio presidente) ou a hidrovía Paraguai-Paraná, as ONGs também pediram informações a respeito de políticas globais do governo brasileiro, especialmente em relação à demarcação das terras indígenas.

Cardoso perguntou para os representantes das ONGs se eles eram “loucos” de imaginar que ele quer destruir as terras indígenas. Explicou, porém, que esta é uma questão delicada, caso o Supremo Tribunal Federal julgue inconstitucional um decreto do ex-presidente Collor garantindo aos índios a posse das terras que ocupam.